

PODER

Relação abalada com cúpulas militares

Atritos com Exército e Anvisa aumentam desgaste de Bolsonaro nas Forças Armadas

» JORGE VASCONCELLOS

Os recentes atritos do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e com o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), contra-almirante Antonio Barra Torres, abalaram ainda mais o prestígio do chefe do governo junto à cúpula das Forças Armadas. Oficiais ouvidos pelo **Correio**, em caráter reservado, revelaram os bastidores desses e de outros episódios sobre a relação entre o titular do Planalto e os militares.

Capitão reformado do Exército, Bolsonaro entrou em 2022 protagonizando conflitos com militares de alta patente. Primeiro, se irritou com uma diretoria do Comando do Exército que orienta a tropa a se vacinar contra a covid-19 e a não propagar informações falsas sobre vacinas. Porém o Alto Comando da Força marcou posição e manteve a norma em vigor.

Em outro caso, o diretor-presidente da Anvisa divulgou uma nota, apresentando-se como contra-almirante, para desafiar Bolsonaro a comprovar a afirmação de que algo “está por trás” da decisão da agência de autorizar a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra o novo coronavírus.

Segundo um oficial militar, esses dois episódios são os mais recentes de uma série de acontecimentos que contribuíram para o desgaste da imagem do presidente junto à cúpula das Forças Armadas. Um dos fatos que mais trouxeram incômodo aos fardados, segundo ele, ocorreu em 19 de abril de 2020. Naquele dia, Bolsonaro discursou em uma manifestação que pregava, em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília, uma intervenção militar, com o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso. O ato também protestava contra as medidas de distanciamento social.

“Aquilo ali foi bem emblemático. Depois da manifestação, houve um cuidado muito grande para evitar que acontecesse novamente. Evitar que aconteça, mas sem deixar transparecer ao presidente aquilo que está sendo feito para evitar isso”, relatou o militar, sob a condição de anonimato.

Segundo ele, a solução encontrada foi transformar os arredores do QG do Exército em área de lazer nos finais de semana. “Se você passar pelo Setor Militar Urbano hoje, todos os finais de semana, a faixa ao lado da cancha fica toda isolada com cones. Supostamente, aquilo ali é para o pessoal utilizar como área de lazer, andar de bicicleta, e o pessoal passou, realmente, a utilizar. Mas foi uma ‘vacinazinha’ para

Marcos Corrêa/PR



Bolsonaro em cerimônia do Exército: conflitos reiterados com militares de alta patente

Três perguntas para

Alcides Costa Vaz, professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed)

Os recentes atritos do presidente Bolsonaro com o comandante do Exército e com o chefe da Anvisa são fatos isolados?

Há sinais de uma mudança de perspectivas dos militares em relação às visões e posições do presidente, mas sempre de forma muito discreta. A diretoria do comandante do Exército sobre a vacinação da tropa, que repercutiu muito, não era, de fato, uma manifestação de caráter político, foi um ato administrativo, burocrático. Mas claro que, nesse contexto, em que são percebidas dificuldades, alguns desgastes,

também, da imagem do presidente no meio militar não chegam a ser uma crise, mas sinais de um descontentamento, um certo desconforto.

Como avalia a reação do diretor-presidente da Anvisa?

No caso da Anvisa, eu acho que, aí, sim, destoa. A nota do presidente da Anvisa foi muito incisiva. Ele deixou clara sua condição militar, ao se apresentar, na nota, como um contra-almirante. Aí, eu acho que, de fato, transmite, de uma forma mais clara, essa preocupação de também marcar posições.

O somatório de todos esses fatos é uma expressão de desconforto crescente, de uma posição de um relativo distanciamento.

Então a cúpula militar decidiu se afastar do presidente?

De um ano e meio para cá, os militares passaram a ficar ainda mais silentes, cautelosos, mais reservados. Eu acho que isso já foi um balanço, e continua sendo, dos desgastes, das dificuldades, da erosão da credibilidade da imagem das Forças Armadas. Eu acho que é uma atitude de autopreservação.

evitar que alguém possa fazer manifestação ali”, relatou.

Um outro episódio ocorreu também em 2020. Soldados que faziam a guarda em frente ao QG do Exército em Brasília solicitaram que manifestantes fossem protestar em um outro ponto do Setor Militar Urbano, em razão da segurança. “E aí alguém gravou, filmou e enviou para o presidente reclamando. Então, criou-se um clima muito ruim, e o presidente chegou a ligar para o comandante do Exército para tirar satisfação”, contou a fonte.

Outro oficial, por sua vez, ressaltou que os militares em geral votaram em Bolsonaro por causa das pautas conservadoras, como a

defesa da pátria e da família, mas que nunca houve um alinhamento institucional com o governo. Ao longo dos últimos três anos, segundo ele, a maior parte do generalato passou a se incomodar com as sucessivas tentativas do chefe do Executivo de interferir politicamente nas Forças Armadas.

“No auge da crise entre o presidente e o Supremo, aquela insistência do presidente de invocar o artigo 142 da Constituição — em uma interpretação equivocada de que as Forças Armadas são um poder moderador — foi muito tenso e gerou grande insatisfação entre os oficiais generais”, disse o militar. “Quando houve aquela ameaça de invasão

ao STF, a coisa ficou tensa, as tropas ficaram de prontidão para atuar, caso necessário.”

O militar também afirmou que a crise sanitária provocada pela covid-19 evidenciou ainda mais os desencontros entre o presidente e as Forças Armadas. “Houve várias situações em que ficou demonstrado esse descolamento, e a pandemia começou a escancarar isso. O ‘totozinho’ de cotovelo do comandante do Exército, aquilo ali já demonstrava”, afirmou o oficial, lembrando do momento em que o então comandante do Exército, Edson Pujol cumprimentou o presidente com um toque de cotovelo em vez de apertar a mão.

O objetivo é o mesmo: pressionar o governo federal a liberar reajuste salarial para além dos policiais, que tiveram R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022 para reestruturações com aumento de salário. Os funcionários do BC vão parar entre as 10h e as 12h. No Banco Central, a adesão às listas de não assunção de comissões e de entrega de cargo em comissões da autarquia já têm quase 2 mil servidores, apesar da ausência de vários funcionários devido ao período de férias.

Reunião com BC desagradou sindicato

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de uma conversa considerada improdutiva com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ontem, o sindicato dos servidores decidiu manter a paralisação marcada para o próximo dia 18. Além do reajuste salarial, os funcionários pedem a reestruturação da carreira de auditor técnico e concursos para repor os quadros.

Ao **Correio**, o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad, disse que a reunião com Campos Neto foi “amistosa”, porém sem avanços. “Ele disse que ia avaliar, conversar com a equipe, mas, de proposta concreta, não teve nada. A esta altura do campeonato, isso é pouco. A Receita (Federal) está quase conseguindo (chegar



Ele (Campos Neto) disse que ia avaliar, conversar com a equipe, mas, de proposta concreta, não teve nada. A esta altura do campeonato, isso é pouco”

Fábio Faiad, presidente do Sinal

a um acordo), a polícia, também”, ressaltou, ao descrever uma aparente tranquilidade de Campos Neto ante a possibilidade de greve dos servidores.

Segundo Faiad — que também é vice-presidente de Comunicação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) —, Campos Neto não demonstrou preocupação com a paralisação da semana que vem e

o assunto nem mesmo foi citado na conversa. Há perspectiva, no entanto, de uma nova reunião depois dessa data para tentar avançar nas conversas. “Não tocamos nesse assunto de greve, foi apenas o início de uma conversa. Eles disseram que podemos marcar outra reunião”, afirmou.

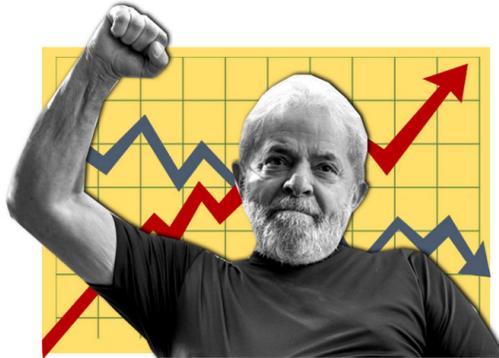
Para o próximo dia 18, está marcada uma mobilização de várias carreiras do setor público,

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Projeto de Lula é vencer as eleições no primeiro turno

Ninguém tem o direito de dizer que se enganou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participou de todas as disputas presidenciais desde 1989, quando concorreu pela primeira vez, até a sua reeleição, em 2006. Em 2018, foi afastado do pleito por uma condenação em segunda instância, que resultou também na sua prisão por 580 dias, para cumprir a pena de oito anos, 10 meses e 20 dias à qual fora condenado pela Operação Lava-Jato no caso do triplex de Guarujá. Lula foi solto logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) revogar o dispositivo que determina a execução de pena após condenação em segunda instância, em 8 de março do ano passado, decisão seguida da anulação de sua condenação, por não respeitar o princípio do juiz natural, que seria o foro do Distrito Federal e não o de Curitiba, como sempre afirmou sua defesa.

No dia seguinte, Lula já era o candidato favorito nas pesquisas de opinião, a mesma situação em que se encontrava quando foi preso, em 7 de abril de 2018. Desde então, vem se mantendo como líder absoluto na disputa, com possibilidade estatística de vencer as eleições no primeiro turno, se a votação fosse hoje, o que somente ocorreu nas eleições de 1994 e 1998, com Fernando Henrique Cardoso, na onda do Plano Real. Esse favoritismo decorre, em parte, do fracasso do governo do presidente Jair Bolsonaro, cada vez mais de difícil reversão, devido à postura do presidente da República durante a pandemia, ao fracasso da política econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, e à ameaça à democracia que, para muitos, a sua reeleição representaria.

O ex-presidente Lula tem atuado no sentido de evitar as fricções comuns às pré-campanhas eleitorais, resgatar suas velhas alianças regionais e fugir ao confronto com eventuais adversários, tanto o presidente Bolsonaro quanto seus concorrentes de oposição, principalmente Ciro Gomes (PDT) e o próprio Sergio Moro (Podemos). O petista fatura o recall de ex-presidente da República que deixou o governo com uma taxa de crescimento da ordem de 8% do PIB, altos índices de popularidade e ainda conseguiu eleger sua sucessora, a ex-presidente Dilma Rousseff, que, na campanha eleitoral, era comparada a um “poste de saias”. A vida de Lula somente se complicou após deixar o poder, com o escândalo do Petrolão, investigado pela Operação Lava-jato, em cujo inquérito foi arrolado, e devido ao fracasso econômico e ao isolamento político do governo Dilma, depois da reeleição, em 2014.

De certa forma, a pré-candidatura de Lula é marcada por esses acontecimentos, ou seja, isso explica muita coisa, da busca aos velhos aliados do MDB e do Centrão ao distanciamento em relação à ex-presidente Dilma, que está quieta no seu canto, em Porto Alegre. Em torno de Lula formou-se uma frente de esquerda, nucleada por PT, PSB e PCdoB, os partidos da antiga Frente Popular. Com as mudanças ocorridas na legislação partidária, o PT tenta viabilizar uma federação de esquerda nos moldes da Frente Ampla Uruguaia, que é o mais bem-sucedido e perene bloco de alianças políticas de esquerda do Cone Sul, integrado à época por comunistas, socialistas, democrata-cristãos e dissidentes dos partidos Colorado e Nacional.

Evitar polêmicas

Fundada em 1971, em torno da candidatura de Líber Segreñi à presidência uruguaia, a frente foi posta na ilegalidade com o golpe de Estado de junho de 1973, inclusive com a prisão de seu candidato. Com seus principais líderes no exílio, a frente foi mantida, mesmo na clandestinidade, emergindo como força hegemônica no Uruguai em 2004, com a eleição do presidente Tabaré Vázquez; José Mujica, em 2009; e, novamente, Tabaré Vázquez, em 2014. Após 15 anos no poder, a esquerda foi derrotada por Luís Lacalle Pou, do tradicional Partido Nacional, que governa o Uruguai desde 2020.

Para entender a lógica da pré-candidatura de Lula, é preciso levar em conta as lideranças e os militantes petistas que não se envolveram com os escândalos dos governos Lula e Dilma, ou seja, a ala esquerda da legenda, que, depois da Lava-Jato, passou a ter hegemonia nas suas decisões. Esses setores são contrários à ampliação das alianças ao centro, querem reverter a reforma trabalhista e defendem um programa econômico desenvolvimentista. Vem daí a resistência pública à presença do ex-governador tucano Geraldo Alckmin na chapa de Lula, como seu candidato a vice, bem como a defesa intransigente da candidatura do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad ao Palácio dos Bandeirantes.

Esses setores acreditam que uma vitória de Lula no primeiro turno abriria caminho para um programa de governo mais progressista e uma mudança de correlação de forças no Congresso que lhe fosse favorável, até a convocação de uma Constituinte. Como essa postura afasta possíveis aliados, Lula vem evitando debater temas econômicos. Sua declaração a favor da revogação da reforma trabalhista, por exemplo, gerou forte reação dos setores empresariais e sofreu duros ataques dos demais candidatos de oposição. Entretanto, o que importa, no primeiro turno, é o engajamento entusiasmado dos militantes de esquerda e dos sindicatos de trabalhadores na sua campanha. Se houver segundo turno, a conversa muda.